



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0001723-15.2017.8.26.0566 - 2017/000535**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada**
 Réu: **MARLEY CALDAS SARAIVA e outro**
 Data da Audiência: **04/12/2017**

Aos 04 de dezembro de 2017, às 17:00 horas, nesta cidade e comarca de São Carlos, na sala de audiências sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito, comigo escrevente abaixo assinado, foi aberta a audiência preliminar, que trata de **Receptação Culposa**. Verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado **MARLEY CALDAS SARAIVA**, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Inicialmente o MM. Juiz esclareceu sobre a possibilidade da aceitação da proposta de aplicação imediata da pena. A seguir, tratando-se de ação penal pública incondicionada, o dr. Promotor de Justiça, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena, nos seguintes termos: MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 c.c. arts. 44 e 45, parágrafos 1º e 2º, do Código Penal, e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(a)s autor(a)s do fato a pena restritiva de direito, na modalidade de prestação pecuniária no valor de **R\$ 300,00**, a ser destinado à instituição **FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – Banco do Brasil S/A, agência 0295-X, conta nº 69550-5**, com a advertência de que o não cumprimento, no prazo da Lei, determinará o seguimento do processo, com o oferecimento de denúncia. Pelo(a)s autor(a)s da infração e o(a)s defensor(a)s foi(ram) dito que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. O MM. Juiz decidiu: Vistos. Tratando-se de delito previsto na Lei nº 9099/95 imputado a **MARLEY CALDAS SARAIVA** e considerando que o(à)s Ministério Público propôs a aplicação imediata da pena restritiva de direitos, que foi aceita pelo(a)s autor(a)s do fato, uma vez preenchidos os requisitos legais, aplico ao(a)s autor(a)s do fato **MARLEY CALDAS SARAIVA**, a pena de **R\$ 300,00**, nos termos do artigo 76, § 4º, da Lei nº 9.099/95. Publicada em audiência saem os presentes intimados. A seguir, o(à)s



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

Ministério Público, o(a)(s) autor(a)(es) do fato e o(a)(s) Defensor(a)(es), desistiram do prazo de recurso. O(a)(s) autor(a)(s) do fato saiu citado(a)(s) para cumprir a pena **NO PRAZO DE 15 DIAS A CONTAR DESTA DATA.** Comunique-se, procedendo-se em seguida às anotações. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Nada mais. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--

Promotor:

Defensor Público:

Acusado: